

A ditadura econômica e a política autoritária: subversão dos militantes católicos do IAJES na região do Alto Paraná¹

Marcelo Fernandes Brentan²

Resumo: Um dos focos deste ensaio é a análise das formas repressivas no governo militar em relação as pastorais sociais e parte da igreja católica na região do Alto Paraná, buscando compreender os fatores determinantes da relação igreja e política. Partindo de uma análise teórica dos planos econômicos dos governos brasileiros, de Getúlio Vargas aos “anos de chumbo”, o texto objetiva a discussão dos movimentos populares, entre os anos de 1960 a 1990, por meio da organização e articulação do IAJES (Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor), entendendo esse Instituto como fomentador de práticas que levaram ao surgimento dos novos movimentos sociais.

Palavras-chave: IAJES; Política; Religião

La dictadura economica y la politica autoritaria: subversión de los militantes católicos del IAJES en la región del Alto Paraná

Resumen: Uno de los focos de este ensayo es el análisis de las formas represivas en el gobierno militar en relación las pastorales sociales y parte de la iglesia católica en la región del Alto Paraná, buscando comprender los factores determinantes de la relación iglesia y política. Partiendo de un análisis teórica de los planes económicos de los gobiernos brasileños, de Getúlio Vargas a los “años de plomo”, el texto objetiva la discusión de los movimientos populares, entre los años de 1960 a 1990, por medio de la organización y articulación del IAJES (Instituto Administrativo Jesus buen Pastor), entendiendo ese Instituto como fomentador de prácticas que llevaron al surgimento de los nuevos movimientos sociales.

Palabras Clave: IAJES; Política; Religión

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964 iniciou-se no Brasil um período de violência desmedida aos contestadores do governo militar. Esse poder foi assumido através de um golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart, que possuía propostas reformistas, as quais agitavam a sociedade brasileira frente a crescente industrialização e os conflitos camponeses que pediam a reforma agrária. Para tanto, os militares trabalharam a opinião pública

¹ Este ensaio é fruto do projeto de iniciação científica PIBIC – CNPq/ UFMS 2008-2009 e 2009-2010.

² Graduado em História-Licenciatura da UFMS/CPTL, E-mail: o_tomate@hotmail.com ;

para um golpe de direita, em luta contra o comunismo que possivelmente estaria se instalando com o presidente João Goulart. Com o golpe, o presidente foi deposto assumindo temporariamente a presidência uma junta das Forças Armadas. Convém ressaltar que processos históricos semelhantes estavam ocorrendo não isoladamente no Brasil, mas também na maioria dos países da América Latina, e em partes da Europa.

Este ensaio busca estudar esse processo histórico, a partir da análise das ações do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES)³, ligado à Igreja Nossa Senhora das Graças e atuante em Andradina-SP⁴ e na cidade de Três Lagoas-MS⁵. O IAJES esteve imerso nos movimentos sociais que despontavam pela região do Alto Paraná⁶ nesse período, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁷ e da Influência da Teologia da Libertação⁸, organizando diversas lutas sociais, subvertendo talvez a política autoritária e a ditadura econômica impostas pelos militares.

A POLÍTICA AUTORITÁRIA

Podemos observar que o autoritarismo precede a repressão em diversas formas. Refletimos então que as torturas, as mortes, os

³ IAJES: Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor, instituição eclesial progressista nascida em Andradina-SP, em fins da década de 1960, cuja principal atuação seria a de organizar e aglomerar os movimentos populares da região nos anos de 1970 à década de 90.

⁴ Desde fins dos anos 1960, parte de membros da Igreja Católica esteve envolvida nas ações de bairros, a partir da Instituição e do IAJES que atuou em vários espaços com seus agentes: Padres; as comunidades de base; Amigos do Bairro; Agentes de Saúde; etc.

⁵ Quando o IAJES amplia seus trabalhos sociais em favor das pessoas comuns, unificando as paróquias, faz assim aliança com a Catedral Diocesana de Três Lagoas-MS. A partir de 1980 Giancarlo Oliveri e Maria Isabel Prates Oliveri foram residir em Três lagoas.

⁶ Esta região é composta por cidades como: Andradina-SP, Castilho-SP, Ilha Solteira-SP, Mirandópolis-SP, Araçatuba-SP, Birigui-SP, Selvíria-MS, Três Lagoas-MS, etc. Tais cidades, eram pontos que o IAJES conseguiu agrupar por meio de seus trabalhos sociais em luta contra a desigualdade. Essa região do Oeste paulista é denominada região do Alto Paraná, pois conflui o rio Paraná, Tietê, Sucuriú e outros afluentes do entorno.

⁷ CEBs: É um tanto difícil precisar o que são as Comunidades Eclesiais de Base, por não se referir à uma Igreja em sua totalidade. Em suma, são grupos de pessoas divididos por bairros ou microrregiões (Comunidades) discutindo os problemas da comunidade, inspirados na fé católica e na Bíblia (Eclesiais), com pessoas leigas (Base), inspiradas pela renovação pós-Concílio Vaticano II e na América Latina pela Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2006).

⁸ A Teologia da Libertação começou a ser gestada na América Latina a partir das interpretações do Concílio Vaticano II, em 1963, com preocupações religiosas, sociais, econômicas, políticas e culturais, e seu ponto chave de desenvolvimento intelectual foi a conferência de Gustavo Gutierrez em julho de 1968, em Chimbote, Peru, remetendo com isso a ruptura entre as práticas desenvolvimentistas e de libertação. A Teologia da Libertação teve forte influência na Igreja católica brasileira. Foi quando ocorreu uma abertura da Igreja propiciando uma maior aproximação das culturas locais, baseando-se na experiência histórica do povo e ouvindo suas comunidades de base (OLIVEIRA, 2006).

desaparecimentos de pessoas e a intimidação corriqueira na época, estabeleciam as formas de imposição do poder nas camadas sociais. Criava-se, a partir daí, aparelhos repressivos como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), para garantir a “Segurança Nacional”, e manter a fábula da *ordem social*⁹, em combate as práticas comunistas e a favor da democracia brasileira. Estes órgãos se impunham, portanto, através de Atos Institucionais que legitimavam ações como a censura que restringia o saber público e colocava os subversivos na posição de terroristas.

Esses governos¹⁰ ficaram marcados como “ferro em brasa” pelo arbítrio e violência contra os direitos humanos, descritos em chavões muito conhecidos e repetidos, a pretexto da proteção do povo. Não havia mais limites para os atos arbitrários. Nessa guerra sem tréguas fica explícita a palavra de ordem que é a prisão, a tortura e morte aos contestadores da Lei de Segurança Nacional. É daí que surgem os motivos para a criação de tribunais de emergência, as milícias de repressão, instalam-se os campos de triagem e as casas de tortura, praticam-se as prisões, os sequestros, os banimentos e as mortes “acidentais”.

Assim, os militares no poder, transformaram os quartéis em cadeias, improvisaram cemitérios clandestinos, extinguiram o poder legislativo, (ou) restringiram o seu poder decisório, fechando o Congresso Nacional e introduzindo os decretos que passaram a vigorar como leis imprescindíveis à manutenção do sistema repressivo.

Em meio a este contexto político-social que o Brasil se encontrava, ocorriam formas distintas de resistência que foram se agrupando ao longo dos anos de regime civil-militar, por exemplo, os militantes Católicos do IAJES. Podemos pensar, de acordo com Cardeal Arns (1985), que houve seis setores sociais visivelmente atingidos pela ditadura: militares, sindicalistas, estudantes,

⁹ O golpe de Estado, aplicado pelos militares no Brasil, ou como qualquer golpe de Estado é ilegal, pois o governo é constituído a partir de uma quebra da ordem institucional. Assim, os militares no poder apreendem a ilegalidade e a transformaram em uma ação legal, sob auto-justificativa de que o país estava em desordem, cabendo ao Exército restabelecer a ordem. Nota-se aí uma arbitrariedade entre política, valores e práticas sociais e legalidade Institucional e Constitucional.

¹⁰ Quando pontuamos ‘esses governos’, fazemos referência ao período que governaram o General Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Médici e Figueiredo, entre 1964 a 1984, até a lenta abertura em 1985 com a eleição de Tancredo Neves no movimento das “diretas já”.

políticos, jornalistas e religiosos. É este último um dos focos deste ensaio, ou seja, analisar as formas repressivas no governo militar em relação as pastorais sociais e a Igreja na região do Alto Paraná, assim como compreender os fatores determinantes da relação entre Igreja e Política. Parece-nos que coexistem relações de macro e micro-poderes, e suas hierarquias estabelecidas no regime militar. Analisando esses dispositivos hierárquicos multifacetados das relações de poder do período militar e dos grupos subversivos à esses governos, que se opunham a tortura, a opressão, a falta de emprego, a fome que ocorria no país, consideramos que:

A vigilância hierarquizada, contínua e funcional não é, sem dúvida, uma das grandes invenções técnicas do século XVIII, mas sua insidiosa extensão deve sua importância às novas mecânicas de poder, que trás consigo. O poder disciplinar, graças a ela, torna-se um sistema integrado, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e literalmente; essa rede sustenta o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho inteiro que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1987, p.148).

A Justiça, os órgãos de tortura e repressão, a censura, a polícia, dentre outros, foram instrumentos de manutenção do sistema autoritário, fazendo com que a violência, a coerção e a arbitrariedade fossem suas características. Os Atos Institucionais eram impostos por violência onde havia resistência e, principalmente, onde não tinha coação. Segundo Foucault: “Na realidade a impressão que o poder vacila é falsa, por que ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares...e a batalha continua” (1999, p. 146). É nesse sentido que se consolidou o Estado autoritário no Brasil, em um momento em que toda a América Latina passava por mudanças, onde muitos países estavam inseridos em governos ditatoriais e repressivos. Formou-se, portanto, a vigilância hierarquizada com novas mecânicas de poder, em que se integram todos os segmentos vigentes do Estado autoritário.

Segundo Marilena Chauí (2000), a ditadura militar desde o golpe de estado de 1964, deu a si mesma três tarefas fundamentais: a primeira, “A

integração nacional” (a consolidação da nação contra sua fragmentação e dispersão em interesses regionais); a segunda, “A segurança nacional” (contra o inimigo interno e externo, isto é, a ação repressiva do Estado na luta de classes); a terceira, “O desenvolvimento nacional” (nos moldes das nações democráticas ocidentais cristãs, isto é, capitalista). A autora destaca ainda que o período colonial foi regulamentado e construído com decretos, alvarás e ordens régias. Tais questões podem sugerir algo um tanto quanto parecido com a ditadura militar com seus atos institucionais. Talvez seja um *mito fundador*, que se rearranja de acordo com o contexto social, político e econômico, esse ato de imposição e autoritarismo.

A República exprime as lutas de classe socioeconômica e os rearranjos de poder no interior da classe dominante, com a expansão da urbanização e a percepção de que o país precisava ajustar-se à conjuntura internacional da revolução industrial. No plano ideológico, o regime ditatorial aparece não como instituição do Estado pela sociedade, e sim como reforma de um Estado já existente. De fato, vimos que com o “princípio da nacionalidade”, o poder político constrói o semióforo “nação”, na disputa com outros poderes: os partidos políticos (sobretudo os de esquerda), a religião (ou as Igrejas) e o mercado (ou o poder econômico privado). Convém ressaltar que o campo de construção do semióforo é mítico, e neste caso nada mais faz do que manter vivo o mito fundador do Brasil¹¹, e na região do Alto Paraná com os militantes do IAJES não foi diferente.

A DITADURA ECONÔMICA

Durante uma das etapas mais importantes das lutas pela industrialização e desenvolvimento econômico no Brasil (1914 a 1964), a princípio, utilizou-se o capital originário do Brasil essencialmente agrário. Notadamente, os modelos getuliano de desenvolvimento econômico criaram as condições institucionais, políticas, econômicas e culturais para a consolidação de uma sociedade urbano-industrial.

¹¹ “Entendemos como mito fundador, a maneira que se impõe um vínculo interno com o passado, como origem, isto é, que não cessa nunca, que se conserva, limitando a compreensão do presente enquanto tal. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se em novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quando mais parece ser outras coisas, é a repetição de si mesmo” (CHAIU, 2000, p. 09)

Segundo Octávio Ianni (1988), em especial depois de 1945, os sujeitos sociais começaram a participar de algumas decisões políticas e na formulação de projetos, para o progresso nacional. No jogo de diferentes classes sociais e grupos políticos ou econômicos constatam-se quatro modelos de desenvolvimento e organização da economia brasileira que estavam em disputa. O primeiro modelo é o mais antigo e ao mesmo tempo o mais conservador, é o “modelo exportador”. Implica o predomínio do setor agrícola, por meio de relações de produção e técnicas de acumulação tradicionais. Em contrapartida, dá-se a importação de manufaturas, pois envolve dependências externas devido ao comércio internacional nodal do Brasil naquele contexto, que era o café. Dá-se então a acumulação primitiva do capital numa sociedade urbano-industrial. Dessa forma, os centros da política econômica do Brasil estariam no estrangeiro. Na época desse modelo, o poder político era exercido pela burguesia agrário-comercial, cujos núcleos principais de São Paulo e Minas Gerais ganharam força nacional. Porém, os grupos interessados nessa política econômica e da estrutura do poder sofreram uma derrota com a vitória da denominada “Revolução de 1930”¹².

Em decorrência da inadequação do padrão exportador para atender exigências da economia e da sociedade nacionais constitui-se o “modelo de substituição de importações”. Trata-se de encontrar uma combinação dinâmica com o setor agrário, concatenando as exigências de mercado externo e interno. Com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelecendo rupturas estruturais, buscava-se o Brasil como potência autônoma. Os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão na democracia populista desenvolvida pós 1945. Ou seja, esse é o modelo getuliano.

Com o conflito entre modelo exportador e de substituição, constitui-se o modelo de desenvolvimento e organização da economia que preconiza a associação de capitais e interesses políticos, militar-nacional e estrangeiro. Ou seja: o “modelo internacionalista” que é a internacionalização crescente do setor industrial, ao lado da internacionalização do setor agrário tradicional, sendo um dos resultados inevitáveis entre os dois confrontos anteriores. Trata-se do desenvolvimento político e econômico internacional e nacional, em um

¹² Sabemos que a denominada “Revolução de 1930”, foi na verdade, a preparação social, política, econômica e ideológica para a Ditadura de Vargas, instaurada em 1937, com a implantação do Estado Novo.

jogo de interesses de classe e grupos sociais em luta pelo poder da política econômica. Surge então o padrão de desenvolvimento combinado, exigindo com isso, a liquidação da democracia populista, bem como da estrutura política nacional, da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política.

O quarto modelo é o “socialista”, resultado do antagonismo entre as classes e grupos sociais. Esse padrão constitui-se como o modelo de substituição, pois ambos estiveram em certos momentos associados estrategicamente. Ou seja, negavam os modelos tradicionais de exportação e o modelo internacionalista. Convém ressaltar que o único modelo que não foi instaurado no Brasil foi o modelo socialista, os outros três apresentados tiveram em vigor na história do Brasil. O modelo internacionalista vence o modelo de substituição de importação no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

A partir daí, no âmbito econômico, os militares trabalharam sob a perspectiva de tornar o Brasil uma potência mundial, procurando transpor os demais países da América Latina, afirmando a autonomia brasileira perante o mundo. Essa intenção se dá no espaço geopolítico ocupado pela hegemonia imperialista estadunidense, segundo Ângelo Del Vecchio (2004). Consta ainda, em seu trabalho, que as contribuições financeiras e organizativas oferecidas pelos Estados Unidos da América, possibilitaram as instituições que atuavam na política interna e externa do Brasil, a cogitar a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) se o golpe de 1964 culminasse em guerra civil.

O golpe brasileiro estimulou perspectivas positivas aos Estados Unidos em relação ao posicionamento da nova política externa, já que houve o afunilamento das relações produtivas e dos investimentos entre ambos os países. Segundo Del Vecchio, essa nova característica da política econômica determinou a revisão da Lei de Remessa de Lucros promulgada anos antes por Goulart. Isso levou os governantes a tomar empréstimos sob condições favoráveis, assim como a criação de novos procedimentos técnicos para fundação de um princípio de planejamento nacional, regional e setoriais. Portanto, os militares se tornaram autárquicos frente à opinião de qualquer setor da população brasileira.

Por muito tempo a inflação foi um embate na política do país, sendo controlada provisoriamente por meio de medidas que oneraram – dadas as devidas proporções - os setores empresariais e os trabalhadores comuns. Essas ações foram pontos determinantes para a ampliação de lucros do capital externo. Em contrapartida, os governantes brasileiros buscaram obter o intercâmbio comercial, abaixando os preços dos produtos exportados, repassando parcelas de indústrias nacionais e regionais para filiais multinacionais estabelecidas no Brasil, assim como se estabeleceu a abertura do mercado estadunidense aos produtos destas filiais multinacionais. Em 1967, depois de três anos de recessão, o Brasil iniciou o chamado “milagre econômico”, elevando o produto interno bruto (PIB) a uma taxa anual de 10% segundo Scott Mainwaring (2004). Esse modelo econômico conhecido como “internacionalismo” por ser ligado ao capital externo foi utilizado no período militar para o desenvolvimento interno, em que o Brasil ofereceu mão-de-obra e matéria-prima, para o capital estadunidense e seu imperialismo, subsequente da expansão capitalista pelo mundo, segundo Gustavo Guitiérrez (1984). Assim, podemos pressupor que a dívida externa brasileira tenha se elevado a patamares nunca vistos, em vista dos altos e renovados empréstimos tomados ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outro fator relevante nesse período ditatorial brasileiro (entre 1964 a 1985) que nos chama atenção refere-se à Guerra Fria, que passou a limitar as relações das alianças políticas e econômicas no mundo. A busca de poderes entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o Imperialismo Norte-Americano (EUA), na corrida armamentista e espacial, foram as causas do conflito.

O interesse estadunidense no Brasil se deu a partir da posição geográfica e a influência político-econômica que dispõe na América Latina, o que favoreceria aos norte-americanos. Partindo desta perspectiva expansionista do poder econômico e político no mundo, os militares no Brasil trabalharam a linha estrutural do autoritarismo interno aos “subversivos” do sistema.

Partimos da premissa de que a ditadura militar brasileira teve seu início, como pontuamos, sobre o viés do anticomunismo e a aplicação de práticas repressivas embasadas na retirada da liberdade de expressão,

dominação e o extermínio dos militantes subversivos ao governo militar por forças opressoras assessoradas pelo imperialismo norte-americano, que deram o apoio logístico e de capital, para o interesse dos exploradores capitalistas como parte de um programa anti-subversivo. Gerava-se com isso uma falsa noção de Brasil potência associado com o ciclo de governantes de 1964 a 1985, mas principalmente com a gestão do governo Médici (1969 a 1974), que conduziria as atividades de expansão brasileira no âmbito internacional, formando uma dinâmica econômica e política e dando ênfase à política externa.

Portanto, se a política-econômica era voltada para o âmbito internacional, afere na base nacional, regional e setorial. Isto é, o capital acumulado não ficava no país, que possuía na época, e ainda hoje, altas taxas de desemprego, pessoas que não tinham onde morar, não tinham o que comer ou vestir. Uma brutal e dolorosa desigualdade social. Na política, era perceptível a corrupção, suborno, propina e descaso com o dinheiro público. Em outras palavras, uma ditadura de alianças, de interesses próprios em detrimento dos interesses populares, como, por exemplo, os interesses das pessoas comuns de Andradina-SP e Três lagoas-MS, inseridos nos movimentos sociais de base do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES).

MOVIMENTOS POPULARES DE ESQUERDA

A ditadura militar no Brasil foi palco da ascensão de novos grupos sociais: as associações de trabalhadores organizados independentemente ou até em oposição às estruturas sindicais tradicionais e aos partidos políticos. Podem-se destacar também as inúmeras comunidades de base da Igreja Católica, expandindo-se em grandes áreas rurais e urbanas, associações de mulheres ou grupos feministas, encontro de jovens, com focos de comunicação e consciência social, preocupações essas que faziam parte dos movimentos sociais do IAJES.

Observa-se o estigma da miséria e da opressão política. Tilman Evers (1984), ao refletir sobre a ruptura entre realidade e percepção dos movimentos, destaca quatro pontos importantes: o primeiro consiste em que o potencial

destes movimentos sociais não diz respeito principalmente ao poder e sim à renovação de padrões sócio-culturais e sócio-psíquicos do cotidiano, penetrando a micro-estrutura da sociedade; o segundo caminho desse processo criativo e permeado de contradições são passos iniciais na direção de uma sociedade alternativa, representando algo como a “parte dos fundos” não organizada, da esfera social, cuja parte da frente – a dos esforços mútuos, sistêmicos e bem estabelecidos – é ocupada pela sociedade dominante; o terceiro trata da dicotomia “alienação-identidade”; por fim, embutida nesse processo está a criação de seus próprios sujeitos. Estes não podem ser pensados, por enquanto, como entidades sociais ou individualidades completas, mas antes como fragmentos da subjetividade transcorrendo para a consciência e a prática de pessoas e organizações (EVERS, 1984).

Devemos pontuar os esforços constantes de auto-reflexão e expressão dos próprios movimentos sociais. Talvez a essência destes movimentos estivesse nos novos sindicatos “autênticos” e nas comunidades de base da Igreja Católica, por exemplo, ao definir a si próprios como novos e diferentes em relação à política tradicional, e em se colocarem como fundadores e guardiões de suas próprias tradições e experiências sociais. Ou seja, esses movimentos são novos em relação à política tradicional. A principal investida nessa busca de identidade autônoma parece fazer-se contra a atitude e prática generalizada de tutela – que tem caracterizado a política internacional na América Latina – em relação aos movimentos sociais. Isso se aplica ao paternalismo conservador e a manipulação populista. Nesse sentido, ao falarmos de movimentos sociais, caberia o papel de “movimentos de massa”, supostamente pouco estruturados, devendo integrar-se às organizações de trabalhadores, como o movimento social do proletariado (EVERS, 1984).

Os intelectuais latino-americanos viram estes ensaios de ação autônoma dos movimentos sociais como um alargamento da esfera do “político”, em que as primeiras manifestações sociais por moradia, consumo, cultura popular e religião, surgiram durante um período de crise das esquerdas. Desse modo, a criação de formas novas e autônomas de expressão social foi tanto uma necessidade quanto uma oportunidade. Assinala Evers (1984) que a grande diversidade dos grupos é “espontânea”, apenas no sentido de não seguir planos comuns e de não obedecer nenhum controle central. Esta

espontaneidade representa um árduo trabalho de organização e estruturação de pequenos grupos. Se ocorreu qualquer forma organizativa centralizada por trás disso tudo, talvez tenha sido a Igreja Católica, por meio de seus setores progressistas que emprestou seu teto para muitas dessas iniciativas, as quais derivaram em partidos clandestinos e em encontros clandestinos. Tais elementos são fatores preponderantes da filosofia de trabalho de IAJES.

Como destaca Evers (1984), ao invés de uma política “partidarista”, trata-se de uma visão “movimentista”. E quando falamos em repensar a política ou em ampliar a esfera do político, continuamos a considerar a política como uma esfera especializada, para a qual contribui as várias manifestações do organismo social, e a partir da qual essas relações podem ser alteradas. Assim, reavaliar a função política dos movimentos de base significa que ainda estamos procurando o seu potencial político, apenas a partir de uma ótica. Obviamente não estamos prestando atenção ou interessados nos novos agentes sociais que emergem deles, mas nos agentes políticos. Ou seja, não estamos prestando atenção às novas formas de “fazer a sociedade”, mas de fazer política.

Este autor ainda informa que o elemento “novo” dos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social, nos quais o poder não é fundamental. Assim, os surgimentos dos novos movimentos sociais não estavam vinculados a situações políticas específicas criadas pela ditadura militar. Esses movimentos são indicação adicional de que não devem somente sua existência a um contexto político específico, mas também aos fatores situados nas raízes do atual desenvolvimento social das sociedades capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o período de 1964 a 1985 foi uma época conturbada na América Latina em termos políticos e sociais, este momento histórico foi marcado por um grande fortalecimento dos movimentos populares, subvertendo práticas políticas e ideológicas, principalmente diante do autoritarismo que estava consolidado em quase toda a América do Sul, e o Brasil não ficou fora deste contexto. O resultado de todo esse arsenal de Atos

Institucionais, decretos e cassações, pontuado anteriormente, não levou a paralisação completa dos movimentos populares do país, denunciando, resistindo e reivindicando seus direitos de formas clandestinas devido estarem sendo perseguidos pelo aparelho repressivo (ARNS, 1985).

Os movimentos populares do IAJES buscavam, em primeiro plano, alcançar o atendimento de suas reivindicações, as quais eram importantes para os trabalhadores por duas razões: melhoravam suas condições de vida e os animava a participar de outras lutas de interesse das comunidades. Os trabalhadores se organizavam dependendo da clareza dos objetivos políticos, do movimento e do trabalho de educação política que se desenvolveu no interior da entidade, por meio de agentes sociais como o Padre Vanin, Giancarlo Oliveri, Bel do PT, dentre outros representantes de dioceses que estavam articuladas com os movimentos do IAJES. A clareza destes objetivos facilitava o planejamento e avaliação das ações do Instituto e de seus movimentos de reivindicação como: saúde, creche, luta pela terra, favela (moradia), desemprego, transporte, compras comunitárias e beneficiamento de alimentos como o arroz, a luta pelos direitos humanos, entre outras ações, como os movimentos feministas que lutavam em prol da igualdade social da mulher.

Coube aos movimentos populares, por meio da organização e articulação do IAJES, passar do reivindicativo para o político, abordando as instâncias de poder que o movimento questionava. Tendo alta capacidade de mobilização, tendo clareza de onde se queria chegar à longo prazo, planejando e avaliando suas atividades, tendo consolidada sua infra-estrutura, tendo definidas suas responsabilidades e quais eram suas tarefas prioritárias, sabiam detectar suas dificuldades e encontrar formas de superá-las pelas ações de suas lideranças e demais participantes do movimento.

Ao tratarmos do IAJES partimos do pressuposto de que os movimentos populares tiveram um importante papel na luta pela libertação e desenvolvimento da cidade de Andradina e região. E este papel foi melhor desempenhado na medida em que os movimentos se desempenhavam e se articulavam mais concretamente entre si e com outras formas de organização popular.

Aí reside uma das grandes dificuldades dos movimentos populares: a incapacidade de preencher o espaço de sua articulação no contexto local, regional e nacional. Esta incapacidade foi sanada temporariamente por Giancarlo Oliveri, articulador das idéias progressistas, ao buscar uma nova forma de ser Igreja pelas CEBs, trocar experiências, conhecer outras lutas, discutir suas dificuldades, visando formas de superá-las, analisando a conjuntura e formando lideranças. Devemos considerar ainda que quando falamos de articulação de movimentos populares, esses se distinguem de um sindicato, devido não possuírem uma base fixa, uma organização própria, um determinado e conhecido número de filiados e uma categoria específica, sendo possível que os seus membros participassem de mais de uma dessas ações. Outra grande diferença é o poder de pressão do movimento sindical que está ligado diretamente à produção, enquanto os movimentos populares estão mais diretamente voltados à questão do consumo, de serviços e melhorias de infraestrutura e direitos humanos¹³.

É possível que o movimento no correr dos anos tenha adquirido um caráter de classe com a discussão das causas políticas mais profundas das suas reivindicações e sua vinculação com as lutas dos trabalhadores. É necessário que este processo seja realmente democrático, como acreditamos que tenha sido os trabalhos do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor (IAJES), que teve em sua característica central a promoção social da pessoa humana (movimentos populares de esquerda), mas também esteve envolvido com frentes políticas e partidárias, apoiando e lançando candidatos (movimentos de esquerda) e de base religiosa (progressista - libertaria), abrangendo as comunidades de base na região do Alto Paraná. Portanto, os militantes católicos do IAJES fazem parte desses “novos” atores e desses “novos” movimentos sociais em contraste à política tradicional (SADER, 1988). Assim, os militantes católicos do IAJES subverteram os militares no poder e a parte conservadora da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

ARNS, P. Evaristo. *Brasil: Nunca Mais*. 25^o ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

¹³ DOCUMENTO 1: *Caderno para debates sobre movimentos populares da ANAMPOS – POPULAR-SP*, não consta a data nem o ano de publicação. Encontra-se no arquivo do IAJES, na UFMS-CPTL, no núcleo de documentação histórica ‘Honório de Souza Carneiro’.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEL VECCHIO, Angelo. *Política e potência no regime militar brasileiro*. In: Projeto História: Revista do programa de estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 29, São Paulo: EDUC, (2004).

DOCUMENTO 1: Caderno para debates sobre movimentos populares da ANAMPOS – POPULAR-SP, s/d.

EVERS, Tilman. *Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais*. Novos estudos Cebrap, São Paulo. V. 2, 4, p. 11-23, abril 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Trad. Álvaro Cunha. 2º ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1984.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. São Paulo: *O povo em movimento*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes Ltda, 1983.